



Prezado (a) conselheiro (a),

Estamos encaminhando um clipping de notícias do CNS na mídia, além daquelas com assuntos que o Conselho vem debatendo. A intenção é socializar com os Conselheiros Nacionais a repercussão nos principais jornais.

*Brasília, 01 de agosto de 2010
Tribuna do Norte - Natal - Natal/RN
Ministério da Saúde | Institucional*

Ministério da Saúde veta prontuário online do SUS

NATAL

O presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Francisco Batista Júnior, disse que o projeto defendido pelo colegiado e relacionado ao prontuário on line, foi realmente interrompido pelo Ministério da Saúde.

Francisco Júnior informou, por telefone, que por diversas vezes o CNS convocou representantes do MS para explicar as causas do fracasso do projeto original, bem como as denúncias de irregularidades, inclusive em licitações, mas sempre protelou a convocação dos conselheiros: Chamamos em outubro e novembro do ano passado e ninguém apareceu.

Ele disse que no próximo dia 10 a questão do Cartão SUS será levantada pelo Conselho, que também fará reunião ordinária nos dias 11 e 12. Segundo ele, o CNJ quer que o Ministério da Saúde apresente pelo menos uma proposta de retomada do projeto, que ele acha imprescindível para o equacionamento, por exemplo, do financiamento do SUS.

Com o cartão on line, segundo ele, os recursos do SUS e a despesa pelos procedimentos, serão pagas ao município, que realizou o atendimento do paciente. Para o presidente em exercício do Conselho Regional de Medicina (CRM-RN), Marcos Jácome, o projeto de um cartão nacional do SUS, com um chip eletrônico, é futurista e que só daqui a alguns anos, os nossos netos poderão ver isso. Mas confirmou que o Conselho Federal de Medicina e as instâncias regionais, já estão se preparando para que, a partir do próximo ano, os profissionais médicos, ao invés da carteira convencional, portem um cartão com chip em que vão dispor de todas as informações, inclusive, de prontuários de sua clientela.

Vamos ter acesso a um prontuário eletrônico, que trás até mais segurança para o seu manuseio, disse ele, acreditando que, como em outros países, o Brasil podia se utilizar do CPF, que é acessado em qualquer lugar do país, para que os pacientes também pudessem ser cadastrados no SUS.

*Brasília, 01 de agosto de 2010
Tribuna do Norte - Natal - Natal/RN
Ministério da Saúde | Programas | SAMU*

Burocracia do Ministério atrapalha Cartão do SUS

*NATAL
Valdir Julião - repórter*

Com 2,19 milhões de usuários cadastrados no Rio Grande do Norte - 72,73% de sua população -, o Cartão Nacional de Saúde do SUS está longe de alcançar a atribuição prevista na sua criação, em 1996: a identificação do paciente e do seu prontuário clínico por meio de uma base de dados on line, interligando todos os municípios ao sistema brasileiro de saúde pública.

O Cartão SUS não pode continuar sendo apenas um número para ser inserido no sistema de faturamento, como o SIA e AIHs , diz o coordenador de Tecnologia da Informação da Secretaria Estadual de Saúde Pública (Sesap), Carlos Eduardo de Albuquerque Costa, ao admitir que para o Cartão SUS ser definitivamente implantado em sua plenitude, o Ministério da Saúde precisa, efetivamente, cumprir as normas que regem o cadastro nacional. Carlos Eduardo Costa explica que, pelo sistema atual, o Ministério da Saúde repassa R\$ 1,00 por usuário cadastrado em cada município.

Para Costa, é importante que o MS institucionalize a política do Cartão SUS, repassando recursos para custeio, como servidores de dados, microcomputadores e impressoras, assim como libere a base de dados de forma que o tempo de acesso seja reduzido.

Segundo Costa, o MS ainda necessita confeccionar ou viabilizar financeiramente os cartões PVC, e assim permitir a criação de um sistema informatizado de prontuário eletrônico, na web, que pague os atendimentos de usuários que não são do estado ou município , por uma câmara de compensação.

Hoje, o Ministério da Saúde informa que embora os 167 municípios do RN tenham base de dados disponíveis, 40 ainda não baixaram os arquivos do atual Cartão SUS, que pode ser tirado impresso em papel através da internet, constando um número de identificação, nome do usuário e sua data de nascimento.

No RN ainda existem 1,22 milhão de usuários cadastros provisoriamente. Em alguns municípios, o número provisório de cartões supera em muito o número de cartões definitivos, como Paraná, município da região Oeste, que emitira até 9 de julho deste ano, segundo o MS, apenas 445 cartões definitivos contra 3.282 provisório.

Em Tenente Ananias, também na região Oeste, tem-se 2.973 cartões definitivos contra 9.486 provisórios. Na região Central, Angicos emitiu 7.494 de finitivos e 13.437 provisórios. Menos da metade

da população de Natal, que é de 806 mil habitantes, tem cartões definitivos (402 mil usuários), enquanto o número de cartões provisórios chega a 318.877. O segundo maior município do Estado, Mossoró, tem 190 mil cartões definitivos e 138 mil provisórios, enquanto em Parnamirim, essa relação é de 105 mil e 60 mil cartões.

Poucos são os municípios que não apresentam tantas disparidades, como Bodó, que tem 3.852 cartões definitivos e 478 provisórios, bem como Fernando Pedroza, com 3.595 definitivos e 618 provisórios. Já Ipueira são 2.179 para 321 e Lagoa Salgada, 7.272 para 924, além de Pedra Grande, de 4.131 para 642. Carlos Costa diz que todos os cartões provisórios serão cancelados. O MS justifica, inclusive no seu site na internet, que os números apresentados se referem exclusivamente à quantidade de cadastramentos registrados para aquele município.

Não podem ser considerados como quantidade de usuários do SUS para aquele local devido ao fato de que alguns municípios usam sistemas próprios e cadastram sem consultar a base anterior ou a base nacional, podendo cadastrar um usuário mais de uma vez ou cadastrar usuário de outro município como sendo dele

Segundo o MS, também ocorre de não transmitirem e nem receberem regularmente os dados dos seus cadastros, fazendo com que usuários que tenham mudado continuem constando no seu município. Apesar de utilizarem os aplicativos CADSUS, os municípios em alguns momentos não fizeram consulta à base nacional para verificar se o usuário já estava cadastrado ou realizaram procedimentos do cadastro diferente do recomendado.

Tomografia e ressonância, os mais solicitados

A Secretaria Estadual de Saúde Pública (Sesap) não informou, estatisticamente, quais são os exames de média e alta complexidade e nem quais os tipos de consultas que são mais requisitadas pelos 2,19 milhões de usuários do SUS no Rio Grande do Norte. Mas, através de sua assessoria de comunicação social, a Sesap explicou que os exames de alta complexidade mais solicitados são Tomografia e Ressonância Magnética, e o que o prazo para entrega depende da urgência que o médico prescreveu.

Segundo a Sesap, têm exames que saem em um dia, e têm outros que demoram um mês ou mais para sair, dependendo da urgência que o médico que solicitou o exame pedir. A médica reguladora da Sesap, Aussângela Machado, explicou que o sistema de regulação de exame iniciado em 2004 agora está concentrado na Secretaria. Diretor do antigo Hospital dos Pescadores, nas Rocas, o gestor público Josenildo Barbosa de Lira, explicou que em virtude de ser uma unidade de urgência e emergência, o atendimento ali é de acesso livre, independentemente do paciente ser portador ou não do Cartão SUS.

O cartão não é condição para que se atenda o paciente, que venha em ambulância do Samu ou em condução própria, reiterou ele, que entende ser o cartão mais uma exigência para quem vai precisar da rede básica de saúde e precisar da abertura de um prontuário para ser acompanhado: Aqui, o paciente é atendido mesmo que tenha um plano de saúde .

A TRIBUNA DO NORTE foi ao Centro Clínico da Ribeira na manhã da sexta-feira e constatou, numa conversa com alguns pacientes que portavam o Cartão SUS. Tirei o cartão na internet, no posto de saúde do meu bairro , dizia Josefa de Lima, que fez o dela e de dois filhos portadores de

necessidades especiais. Os pacientes aguardavam apenas o retorno para a avaliação médica, como Manoel Cunha de Lima, que reclamava do fato de ter de vir cedo pela manhã, enquanto o atendimento só ocorreria a partir das 13 horas: Se a gente vier mais tarde, a fila fica muito grande. Outra paciente, Maria José Feliciano, explicava que no caso de alguém perder o retorno em 30 dias, tem de fazer nova consulta.

*Brasília, 01 de agosto de 2010
Diário Catarinense - Florianópolis/SC
Congresso Nacional | Emenda 29*

SC NO PLANALTO

Fôlego

Com o fim do recesso na Câmara dos Deputados, os prefeitos voltam à mobilização pela aprovação da Emenda 29, que assegura repasses à Saúde. Mas se depender do Planalto, será tempo perdido. O Ministério das Relações Institucionais já anunciou as prioridades. Os projetos ligados à Copa e às Olimpíadas lideram a lista.

*Brasília, 01 de agosto de 2010
Jornal da Cidade - Aracaju/SE
Ministério da Saúde | Programas | Saúde da Família*

DEFINIÇÃO 1 PANORAMA POLÍTICO

EMENDA 29

E como o assunto é crise nas finanças municipais. Nesta terça e quarta (3 e 4), a Confederação Nacional de Municípios (CNM) fará um novo "esforço concentrado" agendado pelo presidente da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB-SP), que assumiu o compromisso de incluir a Emenda 29 na Ordem do Dia. "Convocamos prefeitos, lideranças de entidades estaduais, vereadores e secretários de Saúde a estarem em Brasília no próximo dia 3. Os municípios estão sobrecarregados e precisam, com urgência, que o PLP 306/2008 seja regulamentado", destaca o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.

*Brasília, 31 de julho de 2010
Jornal do Commercio PE - Recife/PE
Ministério da Saúde | Institucional*

O grande debate da saúde

Conselheiros de saúde de todo o Estado estão reunidos desde ontem em Pesqueira, Agreste, para discutir com representantes da Secretaria Estadual e do Ministério da Saúde, modelo de gestão de postos e hospitais, enfrentamento ao crack e carreira única no SUS, defendida por trabalhadores e usuários do sistema.

A12ª Plenária Estadual de Conselhos de Saúde, com público de 400 pessoas, vai trazer o presidente do Conselho Nacional de Saúde, Francisco Batista Jr., ao Estado e a expectativa é que até amanhã, fim do encontro, seja lançado manifesto nacional pela criação da carreira única, solução alternativa aos contratos temporários das organizações sociais que administram novos hospitais e UPAs em Pernambuco.

*Brasília, 31 de julho de 2010
Zero Hora - Porto Alegre/RS
Ministério da Saúde | Órgãos Vinculados | SUS*

SUS: utopia constitucional?, por Armindo Pydd*

ARTIGOS

O Rio Grande do Sul tem hoje os menores índices de mortalidade infantil e também a maior longevidade. O que se deve bastante ao Sistema Único de Saúde (SUS). Porém, persistem graves problemas no atendimento da saúde da população. E o principal motivo para isso é o subfinanciamento da saúde pública no Brasil.

Mais de 70% dos médicos brasileiros estão vinculados e dependem do SUS, assim como 75,06% da população. No entanto, os governos não disponibilizam recursos suficientes. Atualmente, ainda 52% das despesas com saúde são custeadas pelo paciente com planos de saúde ou particular e somente 48% destes custos feitos pela União, Estado e municípios.

Segundo o IBGE, em sua última pesquisa, o total de gastos públicos com saúde caiu para 41,6%, sendo que a família brasileira aumentou seus gastos para 57,4%. Hoje, 19% da renda familiar é empregada em custeio de saúde, dos quais 61% com medicamentos embora, por lei é garantida a assistência terapêutica, inclusive medicamentosa, integral.

O orçamento da União de 2010 para a saúde prevê R\$ 57,4 bilhões para ações e serviços em saúde. Se considerarmos os créditos suplementares de 2009, o aumento foi de somente 0,86%. O RS colocou no orçamento da saúde para este ano, R\$ 2,1 bilhões. Ou seja, 12,96%, quando a legislação determina 12%. Mas, na prática, a aplicação será somente a metade destes recursos em atendimento igualitário, universal e gratuito. O restante vai para outros setores: como IPE Saúde, encargos com inativos, hospitais da Brigada, Corsan etc. É justo assinalar que até agora nenhum governo estadual

aplicou os 12%. Sendo assim, a aprovação da Emenda à Constituição 29 é de fundamental importância, pois define com clareza o que são ações e serviços em saúde. Sua aprovação representaria, somente aqui no RS, em 2010, R\$ 1 bilhão a mais para o setor.

O Brasil gasta em torno de 3,7% do PIB em saúde pública, quando o necessário seria no mínimo 7%. É aí que está o problema? Levantamento feito pela Comissão do SUS da Amrigrs demonstra que em 2009, num hospital de 210 leitos, 14 serviços do SUS deram um prejuízo de R\$ 6,5 milhões. Em outro hospital de 420 leitos, o prejuízo global do sistema, no mesmo período, subiu para R\$ 17 milhões. Os serviços que dão mais prejuízo são Emergência, Cirurgia Geral, Clínica Médica, UTIs. Assim, os hospitais que se dispõem a atender sem limites o SUS inexoravelmente vão à falência. O problema não é falta de profissionais. Somente no RS temos 24 mil médicos. Os municípios na sua maioria aplicam acima do que determina a lei em saúde.

O governo federal a cada orçamento diminui a aplicação em saúde comparando com o total da arrecadação. Somando-se os recursos para a Saúde Pública (federal, estadual e municipal) são gastos R\$ 1,56 por pessoa/dia no Brasil. O problema maior reside na média complexidade, tanto em consultas como procedimentos. Pois, na prática, com o subfinanciamento da saúde pública, os governos demonstram que a saúde não é prioridade.

As execráveis filas e as aglomerações nas emergências somente vão ser resolvidas quando a Constituição deixar de ser utópica. O artigo 2º da Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, diz que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o estado prover as condições necessárias a sua plena execução. Vinte anos depois o SUS continua sendo uma utopia constitucional.

* Médico coordenador da Comissão do SUS da Amrigrs

Brasília, 31 de julho de 2010

Folha de S. Paulo/BR

Veja mais

Oscip assume unidade 40 dias após ser contratada

RIBEIRÃO

UBDS Central vai ter clínicos-gerais do Inab o dia todo a partir de amanhã

Médicos que trabalham atualmente na unidade foram remanejados para as UBDSs da Vila Virgínia e do Quintino 2

HÉLIA ARAUJO
DE RIBEIRÃO PRETO

Depois de 40 dias, a Oscip Inab (Instituto Nacional Amigos do Brasil) vai assumir amanhã os atendimentos médicos 24 horas da UBDS (Unidade Básica Distrital de Saúde) Central, em Ribeirão.

A pediatria vai continuar com os médicos da rede pública. Desde o dia 10, médicos da Oscip já assumiram o plantão noturno da unidade. Os médicos que atualmente trabalham no local foram avisados entre quinta-feira e ontem. Eles estão sendo remanejados para as UBDSs da Vila Virgínia e do Quintino 2.

Os profissionais não ficaram satisfeitos com a mudança e reclamaram da maneira como os remanejamentos para as outras unidades foram feitos pela prefeitura. "Estou aqui há dois anos e ontem fui avisada que vou para o Quintino 2. Não fiquei satisfeita porque já estava acostumada com o pessoal e vai ficar bem longe para mim", disse uma médica que não quis se identificar. O secretário da Saúde, Stenio Miranda, não confirmou que a Oscip vá assumir totalmente a UBDS amanhã, mas a informação foi confirmada pela gerente interina da unidade, Tânia Fischer.

Segundo ela, anteontem o secretário enviou a escala de remanejamento e já está avisando individualmente cada médico sobre os novos locais onde vão trabalhar. O assessor administrativo da Oscip, Geraldo Souza, disse que já contratou 42 médicos, mas que só assume a UBDS com a autorização da Prefeitura de Ribeirão.

Na tarde de ontem os médicos e servidores da UBDS fizeram uma "festa" de despedida, com direito a salgadinho e refrigerante. "Trabalho aqui há 24 anos e fico triste em ver essa situação", disse uma farmacêutica.

Expediente

Carta Eletrônica do CNS

Publicação do Conselho Nacional de Saúde - Ano VI – 02 de agosto de 2010.

Secretaria Executiva do CNS

Coordenação de Comunicação e Informação em Saúde